



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

Sanciono e Promulgo a presente Lei.
Em 22/09/10.


OSWALDO B. DUARTE FILHO
Prefeito Municipal

LEI Nº 15.443

DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o controle da poluição atmosférica ocasionada pela emissão de fumaça de veículos e máquinas movidas a diesel da Administração Municipal, dos prestadores de serviços da municipalidade e de transporte escolar.

O Prefeito Municipal de São Carlos faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei objetiva a adoção de procedimentos visando minimizar a emissão de fumaça de veículos e máquinas movidos a diesel pertencentes à Administração Pública Municipal Direta e Indireta, empresas prestadoras de serviços à municipalidade e de empresas ou particulares cadastrados como prestadores de serviços de transporte escolar.

Art. 2º A Prefeitura Municipal estabelecerá e manterá procedimentos e registros documentados para monitorar, avaliar e medir, periódica e sistematicamente, o impacto local sobre o meio ambiente, relativo ao uso de seus veículos, máquinas ou demais equipamentos movidos a diesel que possam degradar a qualidade do ar.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Indireta deverão adotar os procedimentos previstos no artigo 2º desta Lei.

Art. 3º As empresas prestadoras de serviços à municipalidade e as de serviços de transporte escolar deverão apresentar, obrigatoriamente à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, laudo de inspeção veicular emitido por empresa ou profissional credenciado pelo órgão ambiental do Estado, com as devidas anotações de responsabilidade técnica.

Art. 4º Fica determinado que todos os veículos e máquinas a diesel pertencentes à frota da Administração Municipal e os veículos pertencentes aos prestadores de serviço da municipalidade e os de transporte escolar, passarão, semestralmente, por avaliação através de inspeção veicular mediante uso da Escala de Ringelmann, opacímetro ou outro equipamento técnico regulamentado na legislação ambiental específica.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, entende-se por:

a) Escala de Ringelmann: usada para medir o grau de enegrecimento da emissão de fumaça preta, o cartão com disco impresso com um furo no meio em forma de pentágono dividido em cinco setores cuja coloração varia do cinza claro ao preto. O setor de cinza mais claro é chamado "20% de opacidade" ou "grau 1" da Escala; a segunda, com cinza um pouco mais escuro é chamada "40% de opacidade" ou "grau 2" da Escala e assim, sucessivamente, até o preto que é "100% de



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

opacidade" ou "grau 5" da Escala;

b) Opacímetro: instrumento portátil constituído por um banco óptico, sonda e maleta com cabos, utilizado para medição da quantidade de material particulado emitido. A fumaça que é composta por partículas suspensas que obscurecem, refletem ou refratam a luz captada pela sonda e levada à câmara de medição, onde existem um emissor de luz e um receptor. O fecho de luz é interrompido pela fumaça e, assim, é medida a opacidade.

Art. 5º Os veículos ou máquinas que apresentarem emissão de fumaça em desconformidade com os padrões legais vigentes deverão ser retirados de circulação e submetidos à manutenção corretiva.

Art. 6º O prazo para ajuste dos veículos que não se enquadrarem às normas será de até noventa dias, contados da data da emissão do laudo.

Parágrafo único. Na eventualidade de veículos da frota pública, destinados à prestação de serviços públicos essenciais, obterem laudo insatisfatório, a fim de evitar a paralisação dos serviços, a adequação poderá ser feita em até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 7º A Coordenadoria de Meio Ambiente manterá registro das avaliações, efetuadas em conjunto com a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, nos veículos e máquinas da Prefeitura Municipal, assim como nos veículos e máquinas de prestadores de serviço à municipalidade e de transporte escolar.

Parágrafo único. Na avaliação disposta no artigo 7º desta Lei deverá constar, no mínimo:

a) o número da placa do veículo;
b) número de identificação;
c) datas de realização das avaliações das regulagens;

d) os resultados obtidos.

Art. 8º A Coordenadoria de Meio Ambiente endereçará anualmente aos órgãos ambientais do Estado e da União documento constituído de declaração da realização de avaliação semestral da fumaça de veículos e máquinas movidos a diesel, atestando que foi realizada a avaliação semestral de veículos e maquinários próprios, dos prestadores de serviços terceirizados e de transporte escolar, comprovando que os mesmos estão em conformidade com os limites legais vigentes.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado, por meio da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito e da Coordenadoria de Meio Ambiente, a promover campanhas educativas e de esclarecimento sobre a importância do Programa de Inspeção Veicular.

Art. 10. Fica criado o Selo Ambiental, a ser colocado em local visível nos veículos, indicando a conformidade ambiental e a data da última avaliação.

Art. 11. Durante os primeiros noventa dias após a publicação desta Lei, a Coordenadoria de Meio Ambiente deverá informar, orientar e sensibilizar todos os responsáveis pela manutenção das máquinas ou veículos a



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

diesel da frota pública ou de prestadoras de serviços públicos e de transporte escolar, procedendo a inspeção da emissão de efluentes gasosos.

Art. 12. As empresas ou particulares que prestam serviço de transporte escolar privado deverão apresentar à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, laudo que comprove que seus veículos a diesel estão adequados à legislação vigente sobre emissão veicular, somente a partir de fevereiro de 2011.

Parágrafo único. Excepcionalmente no exercício de 2011, as empresas ou particulares prestadores de serviços públicos ou responsáveis por transporte escolar privado, poderão apresentar laudo de inspeção veicular, utilizando-se da Escala Ringelmann, emitidos pela Coordenadoria de Meio Ambiente, mediante pagamento de preço público, a ser fixado em Decreto do Executivo.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 22 de setembro de 2010.


LINEU NAVARRO

Presidente


DORIVAL MAZOLA PENTEADO

1º Secretário